

# Votação da LDO será na terça-feira, 13/7 O esforço concentrado continua!

Por acordo de lideranças, a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) na Assembleia Legislativa, prevista para quinta-feira, 8/7, foi adiada mais uma vez, para a próxima terça-feira, 13/7. O governo, que sofreu uma derrota na véspera ao não conseguir aprovar o roteiro de votação da LDO (leia texto na p. 3), não tinha quórum suficiente nem para abrir a sessão ordinária, e foi preciso esperar a chegada de dois deputados de oposição para completar os 24 necessários.

No dia 8/7, a entrada de manifestantes na casa foi limitada a 230 pessoas. A Polícia Militar reforçou a segurança nas portarias e nos corredores do prédio. Somente o acesso pela avenida Pedro Álvares Cabral foi liberado para os estudantes e, mesmo assim, eles foram submetidos a uma rigorosa revista e não puderam entrar com mochilas ou bolsas grandes. Aos que conseguiram

entrar, não era permitido circular pelos corredores — nem para ir à lanchonete.

As restrições ao ingresso e à circulação de manifestantes (os estudantes, especialmente) são inaceitáveis. O Fórum das Seis pretende obter das lideranças partidárias e do deputado Sidney Beraldo (PSDB), presidente da Assembleia Legislativa, garantias de entrada e livre circulação de todas as pessoas que quiserem acompanhar a votação na terça-feira, 13/7.

A Comissão de LDO do Fórum das Seis, após o levantamento da sessão, prosseguiu com seu trabalho percorrendo os corredores da Assembleia Legislativa e visitando as lideranças de partidos, para pressioná-las a assinar a emenda aglutinativa que define repasse de 11% da cota-parte do ICMS para as universidades e de 1,5% para o Centro Paula Souza.

A presença massiva de professores, funcionários e estu-



Fotos: Daniel Garcia

Pressão total na Assembleia Legislativa, durante as sessões realizadas no dia 7/7

dantes no Plenário Juscelino Kubitschek no dia 13/7 é fundamental para conquistarmos a aprovação da emenda aglutinativa que aumenta as verbas para a educação. Portanto, o esforço concentrado continua!

## E a greve também!

*Leia as deliberações da assembleia de 8/7 na página 4*

### Calendário de atividades

#### 2ª-feira, 12/7

- 15h Reuniões setoriais nas unidades

#### 3ª-feira, 13/7

- 10h Assembleia Geral da Adusp
- Ida à Assembleia Legislativa para acompanhar a votação da LDO. Saída conjunta da Adusp às 13h

## Assembleia da Adusp

### 3ª-feira, dia 13/7, às 10h no Anfiteatro da Geografia

# O gesto obsceno de Beraldo

Na sessão ordinária de 7/7, o presidente da Assembléia Legislativa, deputado Sidney Beraldo (PSDB), não conseguia esconder a contrariedade com a manifestação das galerias. Estava tão irritado que, quando submetido ao plenário o roteiro de votação da LDO, conduziu de modo tumultuado a contagem de votos, o que levou a uma recontagem e depois a uma nova votação.

Quando confirmada a votação insuficiente (só 47 votos) para aprovar o roteiro apresentado pelo deputado Vanderlei Macris (PSDB), Beraldo encerrou a sessão, apesar dos protestos dos deputados oposicionistas, que exigiam que fosse colocado em votação o seu próprio roteiro para a LDO, considerando prejudicado o roteiro do líder do governo.

Ao declarar encerrada a sessão ordinária, Beraldo respondeu às pesadas vaias da galeria fazendo, com ambas as mãos, um conhecido gesto obsceno. O ato causou espanto e indignação, deixando revoltados muitos funcionários da Assembléia Legislativa.

## Repúdio

Quando Beraldo retornou ao plenário, para abrir a sessão extraordinária, o público virou-se de costas e, numa manifestação de repúdio ao gesto de uma hora antes do deputado, repetiu o “cotoco duplo” que ele havia feito. Alguns deputados dos partidos situacionistas foram xingados. O governista Ubiratan Guimarães (PTB), coronel da PM, ouviu o coro “Ubiratan, o maior assassino do Brasil”, em alusão ao massacre do



Beraldo (no alto, ao centro, ao lado da bandeira do Estado): e o decoro, como fica?

Carandiru, no qual esteve envolvido. Os deputados governistas reagiram à ma-

nifestação enérgica do público reclamando de “falta de respeito”, e alguns che-

garam a pedir ao presidente da casa o esvaziamento da galeria.

## Basta de intransigência, negociações já! A posição do Fórum das Seis

*O Cruesp enviou ao Fórum, em 6/7, o Ofício 17/04, que condiciona a reabertura de negociações à suspensão do que chama de “práticas violentas endossadas por certos participantes do movimento” e “piquetes coercitivos e violentos, sobretudo na Reitoria da USP”. O documento revela preocupação com “a má exposição para a instituição universidade pública e gratuita que vem sendo gerada por sucessivas ações com recurso à violência que têm acontecido neste episódio de paralisação em função da data-base de 2004.”*

*O Fórum das Seis respondeu ao Cruesp propondo que se realize uma reunião de negociação até segunda-feira, 12/7. Daí a necessidade de mantermos nosso movimento forte e coeso. Até o fechamento desta edição o Cruesp não havia respondido ao ofício do Fórum, que segue na íntegra:*

“São Paulo, 07 de julho de 2004

Ofício 17/04

Ao Presidente do Cruesp  
Prof. Dr. Carlos Henrique de Brito Cruz

Sr. Presidente,

Em relação ao Ofício Cruesp 17/04, o Fórum das

Seis encaminha as seguintes considerações:

1. Mês a mês vem se consolidado uma arrecadação do ICMS que excede de modo bastante significativo tanto as estimativas da Secretaria da Fazenda, quanto aquilo que estava previsto originalmente nas peças orçamentárias das universidades. Há espaço e urgência, portanto, para que se defina

um reajuste salarial nesta data base.

2. Sobre ações violentas e coercitivas nas universidades, lembramos que não nos furtamos a discutí-las, o que já ocorreu em reunião de negociação com este Conselho no início deste movimento. Naquele momento nos foi proposto tratar da “ética na greve”. Os Reitores trouxeram

então questionamentos sobre a ação de piquetes, enquanto nós apontamos coerções, ameaças e intimidações realizadas por chefias e dirigentes de unidade, cerceando o exercício pleno do direito de greve. É possível, portanto, discutirmos novamente estas questões na mesa de negociações.

É fundamental e urgente

que o Cruesp agende uma reunião até segunda-feira, 12 de julho, para que possamos retomar as negociações. Entendemos que esse é o caminho democrático para superarmos os impasses desse movimento.

Prof. Milton Vieira do Prado Junior

Coordenador do Fórum



# Pressão popular e insatisfação de deputados governistas quebram tabu de 10 anos na Assembléia

*Governo Alckmin não consegue aprovar roteiro de votação da LDO e faz acordo para transferir a votação para a próxima terça, 13/7*

**P**ela primeira vez em 10 anos, o governo estadual não conseguiu aprovar seu roteiro de votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Isso ocorreu quarta-feira (7/7) à noite na Assembléia Legislativa, quando os deputados governistas não forneceram o quórum necessário à aprovação do roteiro de votação da LDO apresentado pelo líder do governo, deputado Vanderlei Macris (PSDB), que não contempla a possibilidade de emendas.

Na tarde de quinta-feira (8/7), o governo não conseguiu quórum nem mesmo para iniciar a sessão ordinária. Somente com a chegada de dois deputados da Oposição é que se alcançou o quórum de 24 deputados, exigido para iniciarem-se os trabalhos. A situação acabou levando a um acordo de lideranças: a votação foi transferida para terça-feira, 13/7. Se o governo insistisse em votar, teria sofrido uma nova derrota.

A pressão, nos últimos dias, de estudantes, professores e funcionários das

três universidades públicas estaduais em greve, e também do Centro Paula Souza (Ceeteps), mudou o voto de vários deputados que de outra forma teriam votado com o governo. O movimento está mobilizado em torno da aprovação de uma emenda aglutinativa à LDO, garantindo aumento do repasse de verbas para a educação.

Por outro lado, o relatório da LDO, de autoria do deputado Roberto Engler (PSDB), descartou todas as emendas apresentadas, inclusive as dos deputados da base governista. Assim, a insatisfação de parte da base, a proximidade do feriado (9 de julho) e a presença massiva dos setores ligados à educação, que por dias seguidos lotaram plenários e corredores da Assembléia, levaram vários deputados governistas a se ausentarem da casa.

No dia 7/7, para impedir a aprovação do roteiro de Macris, as bancadas de oposição encaminharam seus votos para a abstenção, com o objetivo de não dar quórum à votação. Na primeira vota-



**Acima: manifestantes repudiam manobras da bancada governista. Ao lado: deputados do PT e do PCdoB comemoram a derrota do governo. Abaixo: professor Francisco Miraglia fala aos manifestantes da galeria. Abaixo à esquerda: acampamento dos estudantes da Fatec em frente à Assembléia**



ção, foram registrados apenas 47 votos válidos, abaixo do quórum para aprovação, que é de 48 votos. Uma recontagem levou ao mesmo resultado.

Nesse mesmo dia, o roteiro de Macris foi novamente votado numa sessão extraordinária, iniciada cerca de 19h30. Foram 40 votos a favor, dois contrários e 31 abstenções. Assim, mais uma vez por falta de quórum para deliberação, a votação foi adiada e a sessão extraordinária encerrada.





# Enquanto lutamos na LDO, defrontamo-nos com a irritante teimosia do Cruesp

Nosso movimento está atuando bravamente na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e isso tem sido amplamente tratado em nosso material de divulgação, inclusive neste boletim. É indispensável que docentes, alunos e funcionários continuem mantendo a firme determinação em conseguir elevar os recursos destinados à educação superior pública no Estado de São Paulo, participando ativamente do movimento de pressão sobre os deputados na Assembléia Legislativa.

É inadmissível que no Estado mais rico do país apenas 18% dos jovens entre 18 e 24 anos tenham acesso à educação superior (nos países desenvolvidos este percentual ultrapassa os 60%). Mais grave ainda, que tão somente 1,8% destes jovens estejam em universidades públicas e gratuitas, onde educação é um direito de cidadania e, diferentemente dos lucrativos negócios em educação, encontram ali um ambiente universitário onde ensino, pesquisa e extensão são tratados de forma indissociável. Essa é uma condição

imprescindível para que se tenha uma educação superior de qualidade.

## Conivência

Mas não é suficiente elevar para 11,6% do ICMS os recursos das universidades estaduais, para superar este enorme déficit na educação superior. Ainda é necessário que se consiga enfrentar a recorrente conivência do governo do Estado com a “monumental sonegação fiscal” (expressão usada pelo próprio secretário da Ciência e Tecnologia, João Carlos de Souza Meirelles, em audiência com o Fórum das Seis). Estima-se que somando-se a renúncia fiscal à evasão fiscal, mais de 50% do potencial arrecadador é desviado dos cofres públicos. Ou seja, seria possível dobrar a massa de recursos destinados às universidades, bem como elevar significativamente o financiamento dos demais serviços públicos.

Mas o que se observou desde 2001 foi uma queda na arrecadação do ICMS bem superior à redução na atividade econômica. É por isso que nosso movi-



Assembléia de 8/7, na Geografia: A greve... continua!

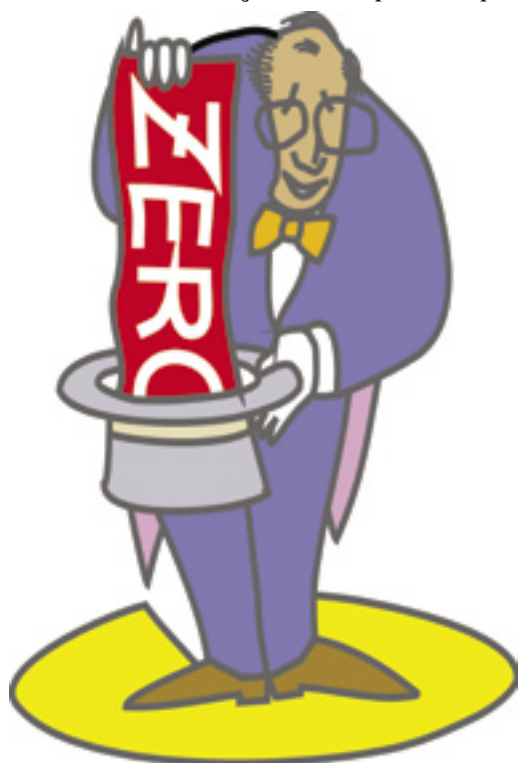
bém está instando a sociedade a cobrar do governo Alekmin o combate à sonegação fiscal. Assim a arrecadação deste tributo poderia tranquilamente superar os índices de recuperação da economia que vêm-se registrando desde o segundo semestre do ano passado. Estamos também questionando manobras como o decreto 48.034/03, que reduz o valor bruto da arrecadação e, conseqüentemente, de verbas vinculadas para as universidades, municípios e saúde.

## Intransigência

Enquanto travamos esta luta por mais recursos para as universidades, deparamo-nos com a intransigência dos Reitores na negociação do reajuste na data base. Mês a mês a divulgação da arrecadação vem confirmando (superando mesmo) as nossas previsões para o ICMS. O IBGE e a CNI apontam consistentemente uma recuperação da economia, tendo reavaliado o crescimento do PIB de 3,5% para 4% e o crescimento industrial de 4% para

4,8%. Diante deste quadro e pressionado pela queda na aprovação de seu governo, o próprio Zeroaldo Alekmin já vai saindo do zero, anunciando reajustes acima de 5%.

Após mais de 45 dias de Greve em defesa de nossos salários e por mais recursos para as universidades, será uma enorme irresponsabilidade dos Reitores se não reabrirem as negociações e apresentarem uma proposta de reposição salarial imediata. A teimosia do Cruesp é inaceitável!



## Deliberações da assembléia de 8/7

- Continuidade da Greve
- Manter a nossa mobilização durante a votação da LDO na Assembléia Legislativa
- Reafirmar ao Cruesp a necessidade de reabertura imediata das negociações
- Obter a garantia do Cruesp de que não haverá qualquer tipo de coerção, punição ou constrangimento ao livre exercício do direi-

to de greve, a partir do que será reavaliada a ação dos piquetes e a sua transformação em comissões de vigília e convencimento político quanto à participação de todos em nosso movimento

- Indicar a realização de um ato em Campinas por reabertura de negociações
- Exercer pressão sobre o Cruesp, enviando mensagens eletrônicas ao Reitor

e solicitando a deputados, senadores e entidades que façam o mesmo

- Encaminhar às unidades a discussão de formas de pressão sobre o Reitor como, por exemplo,
  - a) abaixo-assinado em favor de nossas reivindicações e por abertura de negociações;
  - b) manifestação das Congregações